

# A mudança e as mudanças: discussão de algumas leituras da pós-modernidade

António Pedro Soares\*

*Resumo:* Trata-se de um exercício teórico sobre a mudança social, em torno dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (1994), Anthony Giddens (1990, 1994) e Crook, Pakulski e Waters (1992). Começamos por indagar, nos três autores, o tempo histórico que consideram ser mais adequado como ponto inicial dos processos de mudança que vivemos actualmente. Verificamos como gerem a necessária coordenação entre o princípio de realidade, o princípio teórico e o princípio da comunicação, tanto no campo especializado da Sociologia, como no campo da intervenção pública dos autores. Seguimos as opções de cada um na escolha dos objectos de estudo. Apontamos semelhanças e diferenças nas respectivas abordagens.

A mudança deixou de ser um tema que colocava, automaticamente, de um lado e do outro a esquerda e a direita ideológicas, para ser um termo com o qual se esgrime, de um lado e do outro dos projectos emancipatórios, de forma confusa e caótica. Já não há mudança mas sim mudanças, parece afirmar Lyotard em **A condição pós-moderna**, com o “decreto” com que substituiu o fascínio profundo das grandes narrativas pela performatividade episódica dos discursos avulsos.

Na pesquisa empírica somos, por vezes, confrontados com situações em que as mudanças podem ser enumeradas, mas o julgamento sobre a existência de mudança (no singular) é polémico. Por isso, sentimos necessidade de fazer um exercício teórico de reflexão sobre o assunto, tendo por detrás o nosso problema específico, a saber: porque é que a informatização das escolas secundárias portuguesas, apesar dos investimentos e respectivas mudanças, não as mudou, de acordo com a própria avaliação dos dirigentes e professores envolvidos e confessadamente contra os seus desejos, aliás como aconteceu noutras experiências similares, em países mais ricos e organizados que o nosso?

---

\* Sociólogo. Investigador do CIES.

Socorrer-nos-emos, para o exercício teórico que aqui fica, dos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (1994), Anthony Giddens (1990, 1994) e Crook, Pakulski e Waters (1992). Começamos por indagar, nas obras, qual o tempo histórico que consideram ser mais adequado para se referirem, como ponto inicial dos processos de mudança que vivemos actualmente. Encontrámos dois:

- tanto para Crook, Pakulski e Waters como para Boaventura Sousa Santos a situação inicial da mudança, a última verdadeira revolução, situa-se no fim do anos sessenta, início dos anos setenta.
- Giddens prefere considerar a ruptura com a era da tradição (o Antigo Regime e o pré-industrial) como sendo a última descontinuidade social.

Dáí que enquanto Giddens se refere à modernidade tardia como a uma segunda fase de desenvolvimento dos processos de ruptura pós-tradicional, Santos e Crook, Pakulski e Waters preferem usar o termo de pós-modernidade ou pós-modernização.

Quer dizer que Giddens também reconhece estarmos a viver um período histórico diferente daquele que se viveu imediatamente a seguir à última Grande Guerra? Sim, só que as descontinuidades que em geral são apontadas a este período em relação ao período anterior, a saber a aceleração das mudanças (o quantitativo que se transforma em qualitativo, a que se referem Crook, Pakulski e Waters), são, do ponto de vista de Giddens, continuidades em relação aos tempos modernos. Por isso, Giddens nos descreve as rupturas com as ordens sociais tradicionais ao nível do ritmo da mudança, do alcance da mudança e da natureza das instituições (cf. Giddens, 1990:5). O diagnóstico é igual: houve uma aceleração dos ritmos de mudança. Para uns, tudo se passa como se tivéssemos ultrapassado a barreira do som ou da luz, com implicações nos modos como os observadores se podem relacionar com os seus objectos de estudo, e nos objectos de análise social. Para outros, há lugar a novas explorações de novos alcances da mudança, na actualidade, já que muita coisa mudou e continua a mudar. Mas essas novas formas de compreender e intervir na mudança social podem ser concebidas num quadro dinâmico e institucional moderno, argumento de continuidade e não de descontinuidade entre o período anterior e posterior aos anos sessenta e setenta.

De onde vem a nossa sensação, difusa e dificilmente objectivável, de estarmos a viver uma sociedade diferente, hoje em dia? A resposta, mesmo que parcelar, pode ser encontrada umas páginas adiante, quando Giddens nos explica como as concepções clássicas da Sociologia inibem análises institucionais satisfatórias (cf. Giddens, 1990:8). Tal como em certos casos conhecidos das Ciências da Natureza, factos novos podem exigir a cons-

trução de novas teorias que, uma vez formuladas, permitem não apenas apreender os factos novos como olhar os factos velhos de outra forma, nomeadamente, compreender como foi possível que teorias agora insatisfatórias foram anteriormente utilizáveis com sucesso.

Tal como a Sociologia, os restantes saberes fornecedores de materiais e instrumentais cognitivos e heurísticos, capazes de integrarem as capacidades reflexivas modernas, não são isentos de erros. Se adoptarmos os conceitos clássicos ou aceitarmos as análises feitas, no seu tempo, pelos autores clássicos, podemos ser levados a julgar as situações sociais actuais como merecedoras de serem classificadas como estruturalmente diferentes. Porém, para Giddens, o período da modernidade tardia não é descontínuo em relação ao período da modernidade mais antiga, já que se se olharem de forma actualizada, i.e. através dos conceitos de análise institucional que nos propõe, as sociedades actuais não são diferentes das sociedades que herdámos dos nossos pais.

Crook, Pakulski e Waters, por seu lado, atêm-se aos conceitos clássicos (“diferenciação” de Durkheim, “mercantilização” de Marx e “racionalização” de Weber, cf.op.cit:3, 5 e 8) para procurarem definir a época em que “a única certeza é a incerteza”.

Para justificarem a adopção do termo “pós-modernização”, Crook, Pakulski e Waters percorrem vários campos sociais procurando inventariar as diferenças face à modernidade olhada pelos clássicos, pois desejam provar que o tempo está a ter um efeito específico no desenvolvimento dos processos de modernização. Ao emergirem fenómenos de hipermodernização, na medida em que alguns dos obstáculos tradicionais desapareceram, verificam-se, ao mesmo tempo, fenómenos de desmodernização. Ora, o convívio entre processos de hipermodernização e de desmodernização é, para os autores, o que caracteriza as sociedades actuais e os processos de pós-modernização (cf.op.cit.:227).

Tanto Giddens como Crook, Pakulski e Waters partem do sentimento geral e difuso do senso-comum de ser tudo tão diferente actualmente. Mas enquanto Giddens nega a razão do senso-comum, Crook, Pakulski e Waters aceitam-no e procuram explicá-lo cientificamente.

No campo da Sociologia, Giddens sente poder demonstrar que se se actualizarem os conceitos clássicos (descontextualização em vez de diferenciação ou especialização funcional, cf.1990:17, capitalismo enquanto uma dimensão institucional entre outras, cf.1990:46, globalização e controlo da informação e supervisão social em vez de racionalização no quadro dos Estados-Nações, cf.1990:46 e 60), afinal, as dinâmicas e as instituições da modernidade se mantêm competentes para orientar o devir e a análise social, incluindo no campo da prospectiva (cf. 1990:130).

Santos tem consciência da conflitualidade entre o real e a teoria disciplinada da Sociologia. Parece-lhe que “a realidade tomou definitivamente a dianteira sobre a teoria” (Santos, 1994:20) mas, ao mesmo tempo defende que “o paradigma cultural da modernidade constituiu-se antes de o modo de produção capitalista se ter tornado dominante e extinguir-se-á antes de este último deixar de ser dominante.” (Idem:70). Para Santos o que está a acontecer é que a “a realidade torna-se hiper-real e parece teorizar-se a si mesma”, “torna-se fácil de teorizar”. “Numa condição deste tipo é difícil reivindicar um ângulo de análise e muito mais mantê-lo” (Idem:20).

Para o autor português, estamos a viver um período mais ou menos caótico de transição entre duas situações mais estáveis, obedientes a dois paradigmas, um em ocaso e outro emergente: os paradigmas capital-expansionista e eco-socialista (cf.idem:289).

Há um alinhar tático com a tese da ruptura pós-moderna para manter vivo o desejo socialista, como se pode depreender da seguinte passagem: depois de explicar como o projecto moderno se viu excedido pelas realizações hoje conhecidas (a hipermodernização de Crook, Pakulski e Waters) ao mesmo tempo que acusa “défices no cumprimento de outras promessas” (desmodernização em Crook, Pakulski e Waters) continua assim: “(...) não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por essa razão lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação” (Idem:70).

Pretende, simultaneamente, enterrar e ultrapassar a tradição socialista subsidiária do marxismo (cf.idem:35), reconhecidamente derrotado, e recolocar na ordem política do dia o problema do socialismo e da mudança estrutural em geral, abrindo-se à moda ecológica e à discussão utópica (cf. idem:41).

## As diferenças entre os autores

A diferença de opções entre os autores pode ser procurada por via:

- da posição política de cada um, em geral, e da forma como entendem o lugar da Sociologia no quadro das Ciências Sociais e da reflexividade humana;
- dos diferentes usos sociais dos resultados de investigação das Ciências Sociais, nomeadamente da Sociologia, nos países em que os autores trabalham;
- da diferente inserção económica e geo-estratégica dos Estados-Nação em que trabalham e das populações que, prioritariamente, lhes merecem atenção;

- do diferente desenvolvimento das formas de socialização dos tecidos sociais com que os autores convivem.

Como diz Santos, a propósito “da questão da identidade”, também a construção de um quadro de fundo sobre o qual pensar a mudança nos tempos que correm “é (...) semifictícia e seminecessária. (...). É crucial conhecer quem pergunta pela identidade” ou pela mudança, acrescentamos nós, “em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (cf. Santos, 1994: 119).

No plano político geral, Giddens afirma pensar serem posturas emancipatórias tanto as posições radicais (incluindo as marxistas) e as posições liberais, ao inverso das posições conservadoras (cf. Giddens, 1994:188). Para o autor português a preocupação é a de separar os defensores do paradigma capital-expansionista (conservadores e liberais, na terminologia de Giddens) dos do eco-socialismo (radicais) (cf. Santos, 1994:289). Em Crook, Pakulski e Waters, sem serem explícitas as referências às convicções políticas, parece não ser ilegítimo afirmar que se aproximam de uma postura crítica, ou no mínimo distanciada, em relação ao liberalismo dominante nos nossos dias (ver, por exemplo, 1992:99/100).

Isto não significa que entre Santos e Crook, Pakulski e Waters haja coincidência de posições e nem é seguro afirmar que elas são mais próximas entre si do que das de Giddens.

Santos e Giddens procuram, cada um à sua maneira, encontrar essências, do paradigma do eco-socialismo o primeiro, da estática e da dinâmica institucionais da modernidade o segundo, ao passo que Crook, Pakulski e Waters parecem mais preocupados em afinar instrumentos de análise processual.

Os dois primeiros autores apresentam-se como concorrentes na descoberta das perspectivas sociológicas que vão marcar os nossos tempos: um, por via da intervenção política no desenvolvimento Norte/Sul viável e tanto quanto possível igualitário, o outro, por via de um desenvolvimento dos conceitos e teorias sociológicas capazes de produzir leituras seja da modernidade clássica, digamos assim, seja da modernidade tardia. Crook, Pakulski e Waters procuram estabelecer o que poderíamos chamar, usando uma expressão cara aos tecnólogos, o estado da arte sociológica sobre o tema pós-moderno, utilizando, para tal, uma estratégia académica por excelência, a síntese de opostos — a hipermodernização e a desmodernização — gerida no contexto de uma análise de processos, bem explícita no uso exclusivo e sistemático do termo pós-modernização — que é título — em vez de pós-moderno.

- Noutra perspectiva, Crook, Pakulski e Waters aparecem-nos mais próximos de Giddens do que Santos. O autor português pensa o pós-

-moderno como um período caótico, mais ou menos incaracterizável, como um período transitório. Os autores de língua inglesa procuram, por seu lado, caracterizar o período que vivemos, seja através da dominância de processos de pós-modernização, seja através do desenvolvimento das instituições e dinâmicas modernas, numa fase tardia.

Pelo exemplo se pode ver como não é pertinente fazer deduzir as posições teóricas dos autores das suas posições políticas, sem mediações complexas. Nomeadamente em função da formação pessoal de cada um, e dos contextos em que se relacionam com os respectivos objectos de estudo.

Santos tem consciência de que a procura de um outro paradigma científico-económico pode ser quimérica (ele escreve utópica) e de que não pode usar, hoje em dia, as armas do determinismo moderno para anunciar a necessidade do eco-socialismo — porque as critica e porque não são performativas. Mas também sabe como a noção de desenvolvimento ligado à modernidade é desejável e, aparentemente, sem alternativa, aos olhos dos povos do Sul, com que se preocupa especialmente (cf., por exemplo, Santos, 1994:113). Sabe como a urgência de inverter a lógica de crescente desigualdade entre o Norte e o Sul (bem como entre estratos sociais patrícios) não pode esperar nem pela realização da ordem social moderna nos países periféricos ou semi-periféricos (porque do ponto de vista eco-económico isso é impossível e porque não é seu desejo ver desenvolvido o paradigma capitalista-expansionista), nem pela desordem social pós-moderna (na prática, ainda menos favorável aos países do Sul e mais promotora de desigualdades sociais que a ordem moderna que vigorou depois da Segunda Grande Guerra até aos anos sessenta).

Outro exemplo do que pode ser tido em conta para compreender as diferenças dos pensamentos dos três autores remete-nos para a tradição das práticas sociológicas nos respectivos países de origem.

Os autores britânicos procuram teorias capazes de ganharem o máximo consenso: Giddens opondo o bloco social mais lato possível (liberarias e radicais) contra os conservadorismos e as tradições; Crook, Pakulski e Waters procurando conciliar as posições dos que vêem na vida actual a continuidade dos tempos modernos, e os que a julgam como uma forma inovadora de ruptura com o passado moderno (cf.1992:47).

O autor português, pelo seu lado, apela a um maior voluntarismo com vista à mudança, certamente por razões de carácter e convicção pessoais, mas também:

- porque tem em mente realidades sociais bem mais degradantes e degradadas que aquelas a que se referem os outros autores, nem por isso suficientemente mobilizadoras das acções eficazes dos poderes

dominantes, ou da opinião pública, com vista a inverter o sentido dos acontecimentos.

- porque, quando na Europa e EUA se viviam os tempos dourados da Sociologia, em Portugal esta fazia-se quase clandestinamente, durante o regime ditatorial, e nunca teve oportunidade de lutar, como noutros países, pelo favor nem dos políticos nem do público.

Declarações como as de que “o capitalismo entrou, tudo leva a crer, num período final” (cf.Santos, 1994:34) e da necessidade dum política de luta de resistência na fronteira, perante a dominância da nefasta dinâmica liberal (cf.Santos,1994:91,132) não podem ser entendidas como revivalismo.

Santos é um autor em que a tematização nacional é central e explícita, ao contrário dos outros dois autores, que fogem a tomar posição sobre as conjunturas. O seu labor pretende ser utilizável especialmente para as sociedades semi-periféricas e em particular para Portugal. É que não só o trabalho de modernização das sociedades nos centros e nas semi-periferias do sistema capitalista têm historicidades e intensidades marcadamente diferenciadas, como os instrumentos intelectuais propícios a uma reflexão adequada são também diferenciados. Isso significa que não só os objectos de estudo de cada um dos autores são dissemelhantes, mas também que a eficácia relativa dos instrumentos de intervenção da Sociologia e dos sociólogos em cada um dos contextos profissionais e de intervenção social é diferente, nomeadamente porque há diferenças nas capacidades das Sociologias nacionais, digamos assim, de incorporarem os respectivos processos de reflexividade locais (este parágrafo é, também, uma súmula da posição de Santos, 1994:49/50).

Não é de estranhar que os sociólogos, afinal os que ao fazerem Sociologia a vão definindo (cf.Costa, 1993), sintam como prioritária a sua intervenção nos quadros de interacção que julguem mais capazes de, com a urgência que sentem necessária e através dos canais disponíveis, integrar os processos de reflexividade social. Por isso, ao nível do estudo efectivo, cada um prefere dar especial ênfase a diferentes vertentes.

Para Santos, as relações Norte/Sul são fundamentais (op.cit:243 e seguintes) o que significa que há que dar especial atenção aos processos de globalização, à explosão demográfica e à degradação ambiental (o que considera serem os problemas fundamentais do espaço-tempo mundial); para Giddens os problemas da identidade pessoal e da intimidade têm-no ocupado, na medida em que lhe parecem básicos para ajudar a definir as políticas de vida (cf. Giddens 1994:199 e seguintes); para Crook, Pakulski e Waters a dialética entre os processos de hipermodernização e de desmodernização, que estão na base da aceleração das mudanças e que

caracterizam a mudança nas sociedades actuais, é verificável através das análises sociológicas mais recentes dos diversos campos sociais (cultura, estado, desigualdades de classe e género, processos políticos, trabalho e produção e, por fim, ciência) de que no trabalho referido fazem um apanhado sistemático.

### **As semelhanças entre os autores**

Ainda assim, mesmo que cada autor siga caminhos intelectuais bem diferentes, há, entre os autores referidos, importantes concordâncias instrumentais, de diagnóstico e até hermenêuticas, certamente facilitadas pela referência comum à Sociologia.

São semelhantes:

- Os quatro axiomas fundamentais da modernidade de Santos (cf.op.cit.:277) facilmente se podem fazer sobrepôr às dimensões institucionais da modernidade de Giddens (cf.Giddens,1990:46). Neste campo, a reflexão de Crook, Pakulski e Waters é menos aprofundada, limitando-se a chamar a atenção para a emergência da centralidade do tema “Cultura” nos debates sociológicos, como um extenso campo mal definido, onde cabe tudo o que tinha ficado de fora anteriormente, mas que passou a ser indispensável para o desenvolvimento da Sociologia.
- O registo das importantes diferenças entre a situação de modernidade capitalista caracterizada por Marx e o capitalismo actual. Preferindo dar-lhe nomes diversos (capitalismo avançado ou tardio, transição para uma sociedade pós-moderna, sociedade sujeita aos processos de hipermercantilização e desmercantilização), acordam, nomeadamente, ao nível do diagnóstico da maior complexidade dos quadros sociais e do crescimento da quantidade de graus de liberdade da acção social e individual.
- A actual situação de ruptura epistemológica é também consensual. Resultará necessariamente num novo paradigma, como defende Santos, ou não? Não encontramos respostas iguais: Giddens faz disso a grande diferença, que nos leva a imaginar que há descontinuidades sociais objectivas onde apenas há novos olhares sobre as realidades vivas; Santos estuda as novas condições teóricas e potencialidades intelectuais no quadro da construção necessária de um novo-futuro paradigma científico (Santos, 1994) e Crook, Pakulski e Waters analisam o duplo processo de desorganização da Ciência, por quebra do crescimento do orçamental estatal para

Ciência depois dos anos sessenta, e de hiper-organização da Ciência no sentido de procurar, junto das empresas, as melhores condições de crescimento possíveis.

- O papel mais difuso (menos determinístico), mas mais importante (no controlo das acções sociais e no uso dos graus de liberdade virtualmente disponíveis), das concepções culturais (na indústria, no capitalismo, na techno-ciência, na política, no quotidiano e na vida privada) e dos movimentos sociais na mudança.
- Todos os autores reclamam contra a concentração tradicional da Sociologia no quadro da polaridade Estado/Sociedade Civil (cf. Santos 1994:105 e seguintes) ou, o que é o mesmo, no quadro da igualdade Estado-Nação/Sociedade (cf. Giddens 1990:10), ou ainda, no interior dos limites das esferas de modernidade que já foram autónomas (cf. Crook, Pakulski e Waters:238) *elaborando críticas e alternativas à simplificação que ela representa, reconstruindo a pertinência das considerações das problemáticas tradicionais num quadro mais lato e complexo.*

## Conclusão

Um último comentário sobre a riqueza das análises trazidas pelos autores citados: dois deles apresentam-se como autores candidatos ao protagonismo de rupturas epistemológicas. Ao invés de Crook, Pakulski e Waters, Giddens e Santos criticam com agudeza as limitações das abordagens sociológicas mais comuns e propõem alternativas no que concerne à análise institucional e às políticas de vida, o primeiro, no campo das sociedades não centrais e às relações Norte/Sul, o segundo.

Em Giddens tal ruptura serve para reanalisar todos os processos de modernização e mostrar como o que hoje alguns autores chamam pós-moderno não sendo outra coisa senão uma continuidade das mesmas instituições e dinamismos em contextos históricos diferentes. Para o autor há mudanças (concerteza), há até uma aceleração dessas mudanças, mas sem descontinuidade.

Para Santos passa-se qualquer coisa de semelhante, como vimos. As mudanças ao nível dos paradigmas científicos e culturais em geral não são correspondidas aos níveis político, económico, social. Porém, ao contrário de Giddens, elas são entendidas como sinais anunciadores de que uma mudança importante estará para se realizar, também aos níveis que até agora tinham escapado à desejada mudança paradigmática.

Para Crook, Pakulski e Waters, mais modestos, o exercício é encarado de forma mais académica do que com Santos e mais despretenciosa do que com Giddens: como se se tivessem perguntado se haveria maneira de conciliar as perspectivas pós-modernistas com as que se lhe opõem.

Em certo sentido, estes autores poderão acusar os dois primeiros de ainda estarem demasiado amarrados à perspectiva que Giddens critica debaixo da designação de “unicidade da dinâmica de transformação” (cf.1990:8):

- O próprio Giddens por se pensar a si próprio, e à Sociologia, como guias teóricos da reflexividade social. É que mesmo aceitando que a tarefa de reformular a teoria sociológica no seu conjunto é viável e teve sucesso através do labor de Giddens, parece ser difícil defender a Sociologia como a rainha das Ciências Sociais, no sentido de poder dispensar os contributos das restantes para o quadro geral de reflexividade, erudita ou quotidiana.
- Santos no sentido em que, ao conceber as sociedades actuais como em transição para um paradigma desconhecido, pode cair, mais do que libertar-se, nos dilemas clássicos político-sociológicos, como parece poder deduzir-se da oposição paradigmática entre capitalismo e socialismo, mesmo se justapostos aos adjectivos expansionista e ecológico.

Crook, Pakulski e Waters, por seu lado, procuram, singelamente, explorar as pistas teóricas dos clássicos da Sociologia de forma criativa, com bons resultados também.

As mudanças estão na ordem do dia. Classificá-las aparece-nos como tarefa difícil. Qualquer dos três trabalhos analisados procura um compromisso teórico capaz de, simultâneamente, ser útil para nos ajudar a compreender os novos fenómenos sociais e comprovar o sentimento que cada um dos autores tem sobre a mudança no singular, sobre os tempos e os conteúdos das descontinuidades histórico-sociais. O que nos surge como novidade, especialmente a partir dos anos setenta, é o facto de não ser fácil estabelecer uma correlação forte entre a posição ideológica do autor e a sua posição teórica, como procurámos mostrar com os exemplos estudados.

**Bibliografia**

- COSTA, A. Firmino da, (1993), *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural
- CROOK, Stephen; Pakulski, Jan e Waters, Malcom, (1992), *Post-modernization — change in advanced society*, London, Sage.
- DRUCKER, Peter F., (1993), *Sociedade Pos-capitalista*, Lisboa, Difusão Cultural.
- GIDDENS, Anthony, (1990), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony, (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta.
- SANTOS, Boaventura Sousa, (1994), *Pela mão de Alice — o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.